

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.156 - SP (2019/0229375-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A**
ADVOGADOS : **RICARDO NEGRAO - SP138723**
: **RAQUEL SOUTO GRACIANI - SP303550**
: **PAULA VEIT QUINAN - SP350033**
AGRAVADO : **ARB AR CONDICIONADO LTDA**
ADVOGADO : **ALEX SANDRO RIBEIRO - SP197299**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NULIDADE DE CITAÇÃO POSTAL AFASTADA. VALIDADE DA CITAÇÃO DA AGRAVANTE. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. MODIFICAÇÃO DESSA CONCLUSÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 431):

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Impugnação da executada - Alegação de nulidade de citação postal - Descabimento - Aplicação da teoria da aparência - Citação efetuada em endereço onde se situa a sede da empresa executada, devidamente assinada sem qualquer ressalva - Ingresso voluntário da executada nos autos que, de qualquer modo, supre eventual nulidade de citação, fluindo a partir da data de comparecimento o prazo para oferecimento da defesa - Inteligência do art. 239, §1º do CPC Arguição de nulidade de citação não ofertada no prazo - Citação válida - Decisão mantida - RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 438-458), a recorrente alegou violação aos arts. 239 e 248, §§ 2º e 4º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, "a invalidade da citação, haja vista que a pessoa que recebeu a carta citatória e assinou o aviso de recebimento é desconhecida, até mesmo, pelos funcionários do edifício" (e-STJ, fl. 448).

Superior Tribunal de Justiça

Defendeu, assim, a nulidade de sua citação no processo executivo, sendo o referido vício insanável e reconhecível a qualquer tempo e grau de jurisdição.

Pugnou, ao final, pela invalidade da citação, devendo haver a anulação de todo o processado e a devolução dos prazos legais dos arts. 827 e 916, para garantir o regular exercício dos princípios do contraditório, ampla defesa, e menor onerosidade da execução.

A decisão da Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deixou de admitir o recurso especial por incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 461-462).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 465-480 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 485-488 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Na hipótese ora em foco, o Tribunal *a quo*, sopesando o acervo fático-probatório do feito, reconheceu a validade da citação da recorrente, aplicando a Teoria da Aparência, consoante os seguintes excertos do aresto combatido (e-STJ, fls. 432-434):

Aplica-se a teoria da aparência ao caso em análise, por se tratar de pessoa jurídica citada pela via postal.

A executada informou, em sede de impugnação à penhora, que sua sede situa-se à "Alameda Rio Negro, nº 161, conjunto 1403 - Alphaville, Estado de São Paulo, CEP 06454-000" (fl. 294), mesmo endereço em que foi entregue a carta de citação e aposta a assinatura e carimbo de recebedor sem qualquer ressalva (fl. 280).

Ainda que o indivíduo que tenha assinado e recebido a carta de citação não tenha poderes de gerência ou de administração, comportou-se como se os tivesse, à medida em que aparentou ser representante da empresa com poderes suficientes para tanto. A isto se soma o fato de que o ato citatório fora devidamente realizado no endereço do estabelecimento da executada.

Superior Tribunal de Justiça

Mesmo se não fosse esse o entendimento, de qualquer modo, nos termos do art. 239, §1º do CPC', o comparecimento espontâneo da executada supriu qualquer nulidade citatória, fluindo a partir da data de seu ingresso no processo o prazo para apresentação de embargos. Nesse sentido:

"O art. 329, § 1º, do Novo CPC prevê que o comparecimento espontâneo do réu supre tanto a falta como a nulidade da citação, passando a fluir o prazo de resposta (contestação ou embargos à execução) a partir da data em que o réu ingressou no processo. Essa novidade contraria a previsão do art. 214, §2º, do CPC/1973, que dispõe que o prazo de resposta só começa a ser contado da data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão sobre a nulidade ou falta de citação. E a nova realidade é reafirmada pelo art. 239, § 2º, 1 do Novo CPC, ao prever que, se a alegação de nulidade for rejeitada, o réu será considerado revel."

Observe-se que na petição de ingresso nos autos (fls. 294/296, protocolada em 09.02.2018) a executada pleiteou apenas o desbloqueio de ativos financeiros penhorados, deixando de arguir qualquer nulidade de citação no prazo para defesa.

Assim, tais circunstâncias outorgam validade ao ato citatório, não havendo se falar em nulidade a ser decretada, mantendo-se a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Desse modo, para derruir a cognição exarada no acórdão recorrido (acerca da validade da citação, em conformidade com a Teoria da Aparência), seria imprescindível o revolvimento dos elementos probatórios e das circunstâncias fáticas do respectivo processo, o que não se admite nesta instância extraordinária, em decorrência do disposto na Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator